

Enfrentamento à violência de gênero: relatos da equipe do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero – LAPEG

Lidiane Karina Wentz¹

Resumo: Este trabalho visa apresentar e suscitar o debate sobre a experiência das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no LAPEG, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, acerca do combate, enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres na cidade de Marechal Cândido Rondon e cidades vizinhas. As atividades realizadas foram possíveis, devido a aprovação de projetos subsidiados por órgãos de fomento. Tais experiências se deram através da práxis, bem como de debates teóricos e da inserção dos/as pesquisadores/as na comunidade local. Visando a fomentação do debate acerca da violência, bem como o fortalecimento da rede de combate à violência e, através dos projetos, foi possível analisar a violência contra as mulheres e percebe-la enquanto violência de gênero, arraigada na sociedade e naturalizada pela cultura do patriarcado. Entendemos que, a violência de gênero deve ser problematizada levando em conta a análise das relações sociais dos sujeitos, homens e mulheres, por este viés é necessária articulação e diálogo com as diferentes áreas de conhecimento. As/os pesquisadoras/es do LAPEG, com esse intuito, produziram materiais didáticos (cartilhas) e oficinas, fomentaram debates acerca das noções que se relacionam as medidas de prevenção, combate e enfrentamento da violência de gênero, além de auxiliarem ao atendimento mais humanizado às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, ao capacitarem os/as agentes de saúde e segurança pública da cidade de MCR e cidades circunvizinhas.

Palavras-chave: Relatos; Práxis, Violência de Gênero, Experiências.

Este texto versa sobre as experiências enquanto bolsista do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero – LAPEG, bem como as experiências enquanto sujeito construtor de conhecimento histórico e científico. Desde 2012 o LAPEG vem desenvolvendo estudos e pesquisas acerca de temas como a história das mulheres e das relações de gênero, sexualidade, infância, educação e diversidade sexual, violência de gênero e Lei Maria da Penha.

Por meio do debate e combate efetivo foi possível a aprovação de diversos projetos, sendo estes desenvolvidos via Laboratório. Estes projetos, tiveram como objetivo inicial, a coleta de dados acerca da violência contra as mulheres em Marechal Cândido Rondon, dados estes, que foram coletados em vários setores, como: a Delegacia Civil, Polícia Militar, Unidade de Saúde 24 horas e

¹Licenciada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus Marechal Cândido Rondon. Pós-graduanda em Metodologia do Ensino Religioso e em Gênero e Diversidade Escolar, pela Faculdade São Braz – FSB. E-mail: lidiane_wentz@hotmail.com

Postos de Saúde dos bairros. Após este levantamento, foi realizado um trabalho de sistematização e análise destes dados, os mesmos nos auxiliam no debate e reflexão sobre a real situação em que se encontra o município, além de servir como mecanismo para a criação de políticas públicas afirmativas e ações de prevenção e combate efetivo.

Contudo, antes de falarmos das experiências, vale ressaltar a importância e a necessidade de problematizar a violência contra as mulheres, no sentido de trabalhar esse conceito a partir da própria violência de gênero, pois a violência contra as mulheres ocorre na maioria dos casos pelo simples fato da pessoa agredida ser mulher, ser do gênero feminino, do tido sexo “frágil”.

Essa construção da fragilidade, submissão e inferioridade das mulheres em relação aos homens não é algo da sociedade atual, ela foi se construindo e se constituindo desde a antiguidade, arraigada e naturalizada pela cultura do patriarcado, além de ser reforçada constantemente, legitimada historicamente, socialmente e culturalmente a partir da coisificação e objetificação do corpo das mulheres pelas redes midiáticas, falácias e dizeres.

Pensando na categoria gênero citada acima, Joan Scott (1995) propõe que gênero seria um componente que se dá dentro das relações sociais. Para Scott, gênero é constituído por relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituem-se no interior das relações de poder.

Por sua vez, essas relações de poder, e a suposta legitimidade da dominação masculina sobre as mulheres demonstram que os papéis masculino e feminino que se consolidaram ao longo dos tempos na sociedade, “induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.” (TELES & MELO, 2002 apud SANTOS & IZUMINO, 2005. p. 12)

Por conseguinte, podemos elucidar com base em diversos estudos e análise de dados que a violência de gênero ocorre em diferentes interfaces e independe da idade, classe social, etnia, religião ou orientação sexual. Pode ocorrer em qualquer âmbito: no trabalho (desigualdade salarial, assédio moral e sexual), no namoro, casamento (agressão física, psicológica, ameaça, calúnia, estupro), e não necessariamente precisa existir uma relação amorosa, na participação social (a coisificação, objetificação das mulheres através da exploração do corpo pela mídia, o atendimento desumano nos postos de saúde) entre outros.

Por este viés, a violência de gênero deve ser problematizada a partir das relações de poder e as relações sociais presentes entre os sujeitos. A partir desta conjuntura, interferimos positivamente à transformação desta realidade, portanto, realizamos e almejamos o contínuo trabalho de debate e

diálogo com a comunidade em geral sobre o tema da violência de gênero. Ademais é importante ressaltar a necessidade do diálogo com as áreas/setores que trabalham diretamente com mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

A intervenção na sociedade é fundamental à erradicação da violência contra as mulheres, à conscientização da existência da violência, enquanto um fenômeno social, que necessita ser enfrentado a partir da criação de estratégias por parte da rede de enfrentamento, que necessita ser fortalecida. As experiências, que serão relatadas, as capacitações de profissionais das áreas de saúde e segurança pública tem evidenciado que, para a consolidação de um atendimento humanizado na rede de enfrentamento e combate da violência contra as mulheres, é importante que as mulheres usuárias de tal atendimento também saibam reconhecer os tipos de violência existentes, como e onde denunciar o agressor e quais são seus direitos, direitos estes garantidos pela Lei Maria da Penha.

A elaboração das cartilhas e oficinas foi iniciada no ano de 2014, com o projeto “Gênero, Mulheres e Políticas Públicas no Oeste do Paraná”, financiado pela PROEXT/MEC e desde o ano de 2015, este trabalho conta com a parceria do “Projeto Promoção de direitos: prevenir e combater a violência contra as mulheres”, financiado pela SETI/USF.

No ano de 2016 aprovamos o segundo projeto via Universidade Sem Fronteiras e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Projeto NUMAPE: Violência contra as mulheres e Políticas Públicas afirmativas no Oeste do Paraná - Edital nº 01/2016 - SETI/USF que está em andamento, tendo iniciado em abril deste ano, 2017, sendo este de extrema importância para a continuação das ações efetivas de combate a violência contra as mulheres.

Após, os debates teóricos que visaram à capacitação de todos/as os/as bolsistas, bem como a minha própria capacitação, nos atemos à construção de materiais didáticos, no caso, as cartilhas. No entanto, para compor o nosso material, para construí-lo, consultamos outras cartilhas, diretrizes e protocolos que debatem a temática, como a Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - Brasília, DF, 2011; Plano Estadual de Políticas para mulheres do Estado do Paraná - 2014-2016; Diretrizes e Protocolos de Atendimento do Programa “Mulher: Viver sem Violência”, que versa sobre um guia de critérios e práticas unificadas para os diversos atendimentos – 2013/Distrito Federal; Cartilha “Violência contra a Mulher: Desafios e Avanços”, elaborada pela Comissão de Estudos sobre violência de Gênero da OAB - Paraná, 2015.

A primeira cartilha criada pela equipe do LAPEG se intitula: “Direitos Sim! Violência Não”, nela, objetivamos explicar a Violência de Gênero e a Violência doméstica e conscientizar mulheres,

homens e crianças. Desta feita, em uma linguagem simples elucidamos as diferentes formas de violência, por conseguinte, como é importante a realização da denúncia, amparada pela lei 11.340/2006 a Lei Maria da Penha, lei está criada para fortalecer o sistema de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, porém tão pouco reconhecida.

Tendo como suporte a cartilha, enquanto conteúdo com um caráter informativo e socioeducativo, foram realizadas oficinas, os resultados foram os esperados, realizamos cerca de 30 oficinas, atingindo assim mais de 1.000 pessoas, a maioria mulheres, o contato direto com a comunidade nos possibilitou/a compartilhar esse conhecimento, prestar informações e esclarecer sobre os diversos tipos de violência que se perpetuam diariamente, por conseguinte, a existência de suporte e apoio às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social. Também, por meio das oficinas, tivemos a possibilidade de esclarecer dúvidas de diferentes naturezas acerca da violência contra mulheres, Lei Maria da Penha, denúncia, encaminhamentos jurídicos e acima de tudo, conseguimos ouvir as mulheres falando de suas experiências, muitas vezes usando uma segunda pessoa (amiga ou vizinha) como a protagonista de tal vivência.

A partir da segunda cartilha criada pela equipe do LAPEG, objetivamos a capacitação dos/as profissionais da área da saúde e segurança pública para um atendimento mais humanizado, dando ênfase ao combate à violência institucional. Priorizou-se também, o fortalecimento, da já existente rede de enfrentamento e combate à violência às mulheres de nosso município. Também, por meio das oficinas, tivemos a possibilidade de esclarecer dúvidas de diferentes naturezas acerca do atendimento humanizado, desde acolhimento e a não emissão de juízo de valor, e acima de tudo, conseguimos ouvir as dificuldades e limitações dos/as profissionais.

Intitulada “Direitos sim! Violência não: Humanizando o atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e violência”, visamos o debate de algumas noções que se relacionam à prevenção, enfrentamento, combate e punição da violência de gênero, além de auxiliar para um atendimento mais humanizado. Esta cartilha serviu de suporte, base para a realização da oficina de capacitação aos/as profissionais da saúde e segurança pública, que contou com mais de 250 profissionais de diferentes âmbitos, entre eles, no caso da saúde, agentes comunitários/as de saúde, auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros/as, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogas e médicos/as.

No caso específico da oficina com os/as profissionais da segurança tivemos a presença de diversos setores, como profissionais do poder judiciário, advogados/as, Polícia Militar de Marechal Cândido Rondon e Guaíra, Delegacia da Polícia Civil, Polícia Militar de Fronteira – Bpfron, 19º

BMP, 2º CIA - Marechal Cândido Rondon, 19º BMP, 2º CIA – Mercedes, Delegacia da Mulher – Toledo, Guarda Municipal – Toledo, Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres – Toledo, Conselho tutelar de Marechal Cândido Rondon, Conselho Municipal da Mulher Rondonense-COMMUR, representantes da segurança pública municipal e psicólogos/as.

Pelo viés do atendimento humanizado, visamos a necessidade de realizar uma oficina de capacitação, para especialização dos/as referidos/as profissionais, já que tal ação foi e é fundamental, pois, foi durante nossas atividades de pesquisas e coletas de dados, que tivemos um contato direto com os/as profissionais. Por meio deste contato, percebemos o quanto falta para eles/as exercerem as suas funções de maneira mais humanizada, o que está interligado com a falta de conhecimento, e de consciência sobre a importância de suas atividades na rede de enfrentamento. Sendo assim, mapeamos os erros mais comuns cometidos nestas esferas, dentre os quais, vários casos de negligência e mau atendimento. Portanto, tal especialização objetivou/objetiva qualificá-los/as a participar da nossa rede de combate, com ações voltadas aos direitos das mulheres e a uma melhor qualidade de vida.

As oficinas tiveram como intenção debater a prática cotidiana dos/as profissionais da área da saúde e segurança, bem como o que é violência doméstica, violência contra as mulheres e como ela se desenvolve em nossa sociedade, além de debater questões como culpabilização e revitimização, bem como, a violência institucional, Lei Maria da Penha e, finalmente, quais são os princípios que norteiam o atendimento humanizado.

A violência contra as mulheres é um problema social, uma vez que, afeta a saúde, a integridade física e psicológica das mulheres e de seus familiares, além de estar associada a diversos problemas de saúde e convívio social. Ademais, versamos sobre os dados alarmantes da violência contra as mulheres, as implicações econômicas e sociais, os entraves para reconhecer o problema e a importância de identificá-lo e combatê-lo.

Através das oficinas foi possível uma socialização das experiências, em que os/as profissionais elencaram uma série de dificuldades que impedem o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, dentre os quais, destaco alguns de ordem estrutural e organizacional: como a falta de espaço e de um órgão específico de atendimento às agredidas, capacitação dos/as profissionais, fluxograma, conhecimento, exigência de quantidade de atendimentos e não de qualidade, sobrecarga de trabalho, burocracia, rotatividade dos/as profissionais, falta de articulação da rede e de protocolos de atendimentos. Ademais, de ordem

subjetiva: dificuldade de diálogo, preconceito dos/as profissionais, recursos humanos, informação e empatia.

Por fim, entendemos que essa dinâmica permitiu que as/os profissionais sociabilizassem e refletissem sobre a própria experiência no atendimento às mulheres em situação de violência, e por mais que existam más condições de trabalho e diversas outras dificuldades, deve haver um atendimento humanizado, para além da lei. Também, permitiu-lhes visualizar uma rede de serviços adequada e adaptada ao problema da violência contra as mulheres.

Além disso, os/as participantes sejam eles/as os/as profissionais da saúde e segurança, como nós do Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero – LAPEG, compreendemos e conhecemos o funcionamento dos órgãos aos quais compete o atendimento às mulheres agredidas, sua importância e sua relação com outros órgãos presentes.

Em contrapartida, para a resolução de um atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, foram elencados vários itens, no sentido organizacional evidenciaram a necessidade da realização de protocolos de atendimentos eficazes; fluxograma para agilizar o atendimento, equipes específicas na área da violência contra as mulheres; ampliação e espaço adequado; estabelecimento das reais funções de cada setor e diminuição da rotatividade dos/as profissionais; a continuidade de capacitações das equipes que atuam diretamente em tais atendimentos, no sentido subjetivo: estimular a empatia dos/as profissionais e estimular a ética no sigilo profissional ;

O combate à violência de gênero exige, dos/as profissionais, sensibilidade, empatia e alteridade às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, pois existem mecanismos legais que norteiam e dão suporte a esse atendimento, tendo como objetivo garantir que as mulheres não sejam revitimizadas dentro destes espaços, não sofram uma nova violência, pois a revitimização se dá por um mal atendimento e negligência no atender, bem como na contínua exigência à mulher a relatar diversas vezes em diferentes setores a violência sofrida.

Devemos tratar tal violência como um problema social, de saúde e segurança pública, aquele velho ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher” deve ser extinto, não vamos meter a colher, vamos meter a lei pois não é mais algo que pode ser resolvido apenas dentro do âmbito familiar. Para isso, os/as profissionais de saúde e da segurança que estão em contato diariamente com mulheres em situação de violência, precisam estar preparados/as para efetuar um atendimento que vise o bem-estar dessas mulheres, conseqüentemente contribuir para o combate e diminuição da violência.

Todas as atividades do LAPEG estão alicerçadas no fortalecimento da rede de combate à violência de gênero, em especial à violência contra as mulheres, no âmbito doméstico e público. As várias atividades que temos desenvolvido contribuem, não apenas às nossas pesquisas e à formação acadêmica, enquanto agentes de combate à violência contra as mulheres, mas também para a formação pessoal como ser social que visa uma sociedade mais igualitária, humana e livre de violência.

As discussões teóricas sobre gênero e violência, produção de materiais, artigos científicos, mais o aprendizado metodológico da elaboração das cartilhas e oficinas, possibilita a percepção de que, descobrir formas de enfrentamento e superação é fundamental para o combate da violência, as ações efetivas devem acontecer no dia-a-dia, através do fomento de debates, estudos e pesquisas contra a violência de gênero.

Além, constatar que através de práticas como as nossas, através dessa relação dialógica, do compartilhar informações, diversas mulheres se perceberam em diversas situações de violência e conseguiram dar o primeiro passo para com o rompimento do ciclo da violência através da denúncia, se empoderando e superando a violência sofrida. Saber que fazemos parte da mudança, seja plantando dia a dia sementinhas, é enriquecedor e “super” gratificante.

Referências

BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A violência contra as mulheres: do acolhimento à (in) tolerância, 2004. In: Violência Contra as Mulheres: a Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. São Paulo: Cadernos Agende, 2004, p. 53 -78.

___A violência contra as mulheres: um problema coletivo e atual. Disponível em: <https://encontroprogramadeprotecao.files.wordpress.com/2012/02/a-violencia-contra-as-mulheres.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

BRASIL. Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

COELHO Gustavo Nazi. Um Olhar sobre a Violência Doméstica Mecanismos à favor da Proteção da Dignidade da Mulher. In: Revista Projeção, Direitos e Sociedade, v.2, n.2, p.385-191, agosto, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. Ed. Saraiva, 2015, São Paulo;

CORDEIRO, Laine de Souza. Violência contra mulher é crime! Ed, Juruá, 2014 – Curitiba, Paraná;

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Editoras Graal, 1988, 10ª edição, Introdução;

HIRATA, Helena... et al. Dicionário crítico do feminismo. Ed. Unesp, 2009, São Paulo;

HERMANN, Leda Maria. Maria da Penha Lei com nome de mulher. Ed. Servanda, 2012, Campinas – SP;

JESUS, Damásio de. Violência contra a mulher. Ed. Saraiva, 2015 – São Paulo

LAGO, Mara C.S. et al. (orgs). Leituras de resistências: corpo, violência e poder. Vol. I, Florianópolis: Editora Mulheres, 2009;

LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). O Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia. Ed. Articulação Mulher&Mídia, 2009 – São Paulo.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a Mulher. Ed. Atlas, 2008, São Paulo;

MARQUES, Edmilson; PEIXOTO, Maria Angélica; VIANA, Nildo; et al. A Questão da Mulher. Ed. Ciência Moderna, 2006, Rio de Janeiro.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Ed. Fiocruz, 2003, Rio de Janeiro.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. Nova História das Mulheres. Ed. Contexto, 2012, São Paulo;

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. História Das Mulheres No Brasil. Ed. Contexto, 1997 – São Paulo.

RITT, Caroline Fockink; CAGLIARI, Cláudia Taís Siqueira; COSTA, Marli Marlene. Violência cometida contra a mulher compreendida como violência de gênero. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigo_violencide%20genero. Acessado em 14 de junho de 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004;

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>. Acessado em: 12 de maio de 2017.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. Revista de Estudos Feministas, vol.13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005;

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade. Faculdade de Educação - UFRGS, Porto Alegre, v.20, n° 2 p.5-22, jul/dez, 1995, p. 86 – 92.

SOIHET, Rachel. & PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.27, 2007;

STECANELA, Nilda. Mulheres e Narrativas Identitárias. Ed. Edusc, 2011, Caxias do Sul – RS;

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Violência e Gênero: em notícias no Oeste Paranaense (1960 - 1990). Paço Editorial, 2012, Jundiaí – SP.

Cartilhas:

“Direitos Sim! Violência Não!”

“Direitos sim! violência não: Humanizando o atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e violência”.

Facing gender violence: reports from the Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero (LAPEG) research team

Abstract: This paper aims to present and raise the debate about the experience of the research and extension activities developed in LAPEG, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, about the combat, coping and prevention of violence against women in the city of Marechal Cândido Rondon and neighboring cities. The activities carried out were only possible due to the approval of projects subsidized by development agencies. Such experiences have come about through praxis, as well as theoretical debates and the insertion of researchers into the local community. Aiming at praxis and through the projects, it was possible to problematize violence against women and perceive it as gender violence, rooted in society and naturalized by patriarchal culture. We understand that gender violence must be problematized taking into account the analysis of the social relations of the subjects, men and women, through this bias it is necessary to articulate and dialogue with the different areas that work with women. The LAPEG researchers, for this purpose, produced didactic materials (booklets) and workshops, as well as fomented debates about the notions that relate the measures of prevention, combat and confrontation of gender violence, besides assisting the care More humanized to women in situations of violence and social vulnerability, by empowering the health and safety agents of the city of MCR and surrounding cities.

Keywords: Reports; Praxis, Gender Violence, Experiences